



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639035 - SP (2021/0004272-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : JOSE HENRIQUE QUIROS BELLO
ADVOGADO : JOSÉ HENRIQUE QUIROS BELLO - SP296805
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS DA SILVA INACIO JUNIOR (PRESO)
CORRÉU : ROBERTO TADEU DA GRACA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS DA SILVA INÁCIO JUNIOR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2271361-64.2020.8.26.0000).

O paciente foi condenado às penas de 1 ano, 5 meses e 8 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 7 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 155, § 4º, incisos I e IV, na forma do art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal em virtude do indeferimento do *habeas corpus* pelo Tribunal de origem, aduzindo que foi devidamente juntada aos autos a sentença condenatória, objeto do *writ*.

Assevera a possibilidade de emenda à inicial do *habeas corpus* ou a solicitação de informações ao Juízo sentenciante, nos termos do art. 662 do Código de Processo Penal.

Alega a ausência de fundamentação idônea para justificar a fixação do regime inicial fechado ao paciente, sendo devida a alteração para o modo prisional aberto, sob pena de violação da Súmula n. 718 do STF.

Defende a imposição do regime semiaberto aos reincidentes, de acordo com a Súmula n. 269 do STJ, consignando também a conversão da pena privativa por restritiva de direitos, pois preenchidos os requisitos do art. 44 do Código Penal.

Requer, liminarmente, a fixação do regime inicial aberto em favor do paciente ou o semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente